

Caxias: moldura de nossa nacionalidade

MARCELO LINHARES (*)

© **INSTITUTO DO CEARÁ** e a **SADERM (Sociedade dos Amigos da Décima Região Militar)**, nesta oportunidade, juntos, homenageiam o Duque de Caxias, reverenciando a sua memória e prestando justa homenagem ao Exército Nacional.

O nosso Sodalício, em mais de um século de sua existência, continua trabalhando para que as grandes datas da nossa Pátria estejam presentes não apenas em nossa memória, mas, também gravadas nas camadas mais profundas do nosso espírito e da nossa experiência histórica.

O Marechal Luís Alves de Lima e Silva, além de ser o Patrono de nosso Exército é, também, um dos patronos da Pátria; ou seja, um espírito que, por suas ações em vida, tem sido, no passado, no presente e será no futuro, fonte de inspiração para todos nós brasileiros.

A maior aspiração do homem, a mais alta, durante os milênios de sua vida na Terra, tem sido a liberdade. Mesmo quando se preocupa, essencialmente, em construir os caminhos para sobrevivência física ou vislumbrar vias para a continuidade em plano superior, é a libertação da morte o que procura. Toda a luta da Humanidade tem sido no sentido de libertar-se. Libertar-se da fome, da miséria, do desconforto, da opressão, das imperfeições da matéria, das limitações do ego.

Essa batalha perene em prol da liberdade não se trava, portanto, em plano abstrato, a não ser no seu estágio supremo, quando, vencidas as deficiências materiais, poderá entregar-se cada um e a coletividade, plenamente, à ascensão do espírito.

O fundamento, pois, do edifício da liberdade é de natureza econômica. Mas, antes mesmo da construção dos alicerces, um

(*) Sócio Efetivo do Instituto do Ceará.

cuidado se impõe: estabelecer um conjunto de medidas que propiciem aos trabalhadores um clima de segurança, que de outro modo o caos impediria qualquer edificação.

Ao fazermos estas afirmações, estamos tentando uma visão global da luta do homem, sem nos esquecermos, porém, de alguns indivíduos, alguns grupos, que têm já superado as etapas iniciais. E ao dividirmos esta luta em três fases, no processo de análise a que nos entregamos, não queremos dizer que elas tenham de ser estanquamente sucessivas no tempo; sabemos, e fazemos questão de declará-lo, que elas devem ser simultâneas. A análise – frisemo-lo bem – apenas nos mostra uma seqüência de prioridades lógicas, não necessariamente cronológicas.

Feitas estas considerações iniciais, voltemos os olhos para nosso País.

A que pode e deve aspirar, primeiro que tudo, uma nação jovem como o Brasil, de vastos e heterogêneos – embora compactos – territórios diversamente povoados, diferentemente aproveitados, e com um grande espectro de problemas básicos ainda por resolver, neste momento da História em que, infelizmente, o espírito de cooperação e fraternidade ainda não predomina no Planeta, isto é, em que o entredevorar-se da biosfera animal permanece a norma?

Desenvolvimento – sempre afirmamos – é a nossa meta. E segurança é a sua condição.

Segurança e Desenvolvimento. Igual a Ordem e Progresso. Estas as premissas que precisamos consolidar, a fim de coroá-las com a plenitude da conclusão: Liberdade.

Somente após este coroamento estará, em definitivo, edificada a Nação. Temos, pois, e o *nós* implícito no verbo implica todo o povo – de nos dedicarmos de corpo e alma à concretização do trinômio: Segurança – Desenvolvimento – Liberdade. Com a cautela, que antecipamos na ressalva há pouco expressa, de não lhe escalonarmos os elementos em estágios consecutivos, mas de o encararmos sempre, a esse trinômio, como um todo indivisível. Uma espécie – digamo-lo assim, numa comparação que nada tem de sacrílega, mas antes deseja reverenciar a crença da maior parte dos brasileiros – uma espécie de Sacratíssima Trindade da Pátria.

Em outras palavras, temos de trabalhar em segurança para assegurar o nível de liberdade que já atingimos, e o aumentar progressivamente até que a possamos colher plena e para todos. Plena: não desejamos apenas alguns de seus aspectos, como a liberdade de ir e vir, de opinar. Para todos: queremos-la madura, integral, incluindo, portanto, a libertação da fome, da doença, da ignorância, do desconforto, e sem excluir nenhuma, sequer a mais mínima parcela do nosso povo.

Se a tarefa é de todos, em todos os seus níveis, também é verdade que sua execução ou direção, em cada campo, compete preponderantemente a órgãos específicos, em decorrência da especialização exigida pelo alto grau da vida social a que chegou a Humanidade.

O destinatário da luta do homem é o homem mesmo. É o povo. A cada um, ou a cada grupo, a par da vigilância constante sobre o conjunto, cabem tarefas diferenciadas cujo somatório, entretanto, é interesse comum a todos; e ao Governo compete supervisionar, ordenar, coordenar, estimular, planificar o esforço geral.

Neste momento em que o Brasil se devota, com a máxima energia, a firmar a segunda premissa do trinômio a que nos referimos – o Desenvolvimento –, nós devemos prestar nossa homenagem aos órgãos responsáveis pela segurança que vem possibilitando a boa marcha da obra: as Forças Armadas.

O encargo de zelar pela segurança resulta de sua própria natureza, e está consignado na Carta Magna. Diz o art. 142, da Constituição Federal de 1988:

“As Forças Armadas, constituídas pela Marinha, pelo Exército e pela Aeronáutica, são instituições nacionais permanentes e regulares, organizadas com base na hierarquia e na disciplina, sob a autoridade suprema do Presidente da República, e destinam-se à defesa da Pátria, à garantia dos poderes constitucionais e, por iniciativa de qualquer destes, da lei e da ordem”.

A essa destinação fundamental têm elas correspondido cabalmente, seja no tocante à segurança externa, seja no que respeita à segurança interna, conforme o atestam os muitos e sobejamente

conhecidos exemplos de nossa História. Mas os problemas de segurança, desenvolvimento e liberdade interrelacionam-se. Sem segurança, prejudica-se a faina desenvolvimentista; sem desenvolvimento, porém, como garantir-se a segurança? Sem segurança e desenvolvimento, não haverá liberdade; mas, sem as liberdades essenciais, compromete-se a segurança e, conseqüentemente, o desenvolvimento. Assim, a função de zelar pela segurança nacional, cometida às Forças Armadas, não pode ser entendida como de natureza exclusivamente bélica ou parabólica. Na verdade, a parte *guerreira* ou de preparação para a guerra dessas funções é, em tempos normais, a menor. É por isso, por compreenderem profundamente o seu papel no campo geral da Nação, que as Forças Armadas têm realizado ou fomentado trabalhos de natureza à primeira vista estranha ao seu âmbito, mas de fato estreitamente ligados aos problemas de segurança.

A elas se deve a implantação das indústrias siderúrgica, naval, aeronáutica e automobilística e marcante foi a sua presença no campo das telecomunicações. Não se pode esquecer a sua atuação na defesa da Soberania Nacional, notadamente na Região Amazônica, – cujo relevo vem sendo dado ultimamente – e sua marcante participação sempre que ocorre uma calamidade, como as periódicas secas do Nordeste.

No tocante à educação, a presença do Exército Brasileiro em nosso Estado tem sido expressiva através da Escola Militar do Ceará, do Colégio Militar do Ceará, da Escola Preparatória de Fortaleza e, atualmente, do Colégio Militar de Fortaleza.

Graças a esse feliz entendimento de suas responsabilidades, tem sido inestimável a contribuição das Forças Armadas brasileiras para o incremento da educação, das vias de transporte, da engenharia e da formação de mão-de-obra especializada, da pesquisa científica e tecnológica.

Somos, territorialmente, um dos maiores países do mundo. Mas a heterogeneidade do povoamento e do desenvolvimento de nossas regiões ainda justifica a afirmativa de sermos antes um arquipélago – graças a Deus unido pelo mesmo sentimento de nacionalidade – do que uma nação contínua. Daí a ênfase que se tem dado à política de integração nacional, cuja semente foi a efetiva transferência do comando político para o interior.

Ora, o Exército brasileiro tem sido, desde os seus primórdios, por sua atuação propriamente militar, e, por atividades que a transcendem, desde a instituição do serviço militar obrigatório, um dos maiores fatores de integração neste País. Pela formação eminentemente popular, eminentemente democrática, devido a sua onipresença no território pátrio, à frente as suas atividades no setor educacional, é ele um dos principais elos da cadeia da nacionalidade.

A ligação do nosso Instituto com o Exército, em especial, se tem dado através desses Estabelecimentos de Ensino, pois muitos de seus professores e alunos, inclusive um ex-comandante, foram ou são sócios efetivos desta Instituição Cultural.

Falando em integração nacional, não deixemos de mencionar, numa homenagem à parte, a figura ímpar desse grande brasileiro que foi o Marechal Cândido Mariano da Silva Rondon.

Já em 1890, Joaquim Nabuco assinalava o espírito vigilante e o caráter integrador das Forças Armadas, ao observar que, *“no dia em que se fez a República, viu-se a Nação pedindo o governo militar para salvar a unidade, por ser o espírito militar o mesmo de um extremo a outro do país, isto é, nacional”*. E acrescentava que, *“estranho como isto pareça, o governo militar é, nos períodos em que o Exército se torna a única força nacional e adquire a consciência disso, o meio de impedir o militarismo, vício dos exércitos políticos e sem espírito militar”*.

O nosso Ceará, pródigo em militares ilustres, deu ao Exército Nacional três grandes figuras: Sampaio, Tibúrcio e Castello Branco, que governou o Brasil em momento de grande tensão.

De quanto acabamos de relatar, conclui-se que nossas Forças Armadas, no desempenho de suas funções constitucionais, não tem pecado por omissão, nem tampouco por um entendimento restritivo do seu âmbito de ação: a interdependência do trinômio Segurança – Desenvolvimento – Liberdade.

Exemplo maior de todas essas qualidades ostentadas por nossas Forças Armadas é Caxias – a figura síntese de nossa nacionalidade. Soldado sempre, nunca militarista; disciplinado, honesto até a austeridade; grande engenho militar e alto espírito cívico; administrador e político seguro – foi com esse raro elenco de virtudes que unificou o País e mereceu o glorioso título de Pacificador. Tão ele-

vada foi a estatura moral desse homem que recebeu de seu povo a glorificação máxima, reservada a bem poucos: seu nome tornou-se substantivo comum, adjetivo, para indicar aquele que cumpre o seu dever com mais extremado rigor.

Caxias é, assim, um Monumento de nossa Pátria; a grande moldura de nossa Nacionalidade.

Compreender o sentido patriótico de sua atuação é compreender as Forças Armadas do Brasil.

Com a Graça Divina, saberemos, juntos – todas as parcelas do povo brasileiro –, construir nesta Nação o império da Justiça Social, que sintetiza a Segurança e Desenvolvimento e culmina com a plenitude da Liberdade.

Volvamos, assim, o nosso pensamento para o brado que irrompeu de Caxias na passagem de Itororó:

“Sigam-me os que forem brasileiros”.

(Pronunciamento no Instituto do Ceará em Sessão Especial no dia 20 de agosto de 1999 na homenagem prestada ao Exército Brasileiro, pelo transcurso da Semana do Soldado).